



Exmo. Senhor
Deputado Luís Graça
Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação,
Juventude e Desporto

Palácio de São Bento, 10 de outubro de 2023

Assunto: Requerimento potestativo de audição urgente da Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, a propósito do Mundial de Futebol (2030) – artigo 104.º, n.º 3

Exmo. Senhor Presidente,

Conforme já foi tornado público, Portugal será um dos países anfitriões do Campeonato do Mundo de Futebol a realizar em 2030, repartindo esta responsabilidade com cinco outros países de três continentes: Espanha, Marrocos, Uruguai, Argentina e Paraguai.

É uma iniciativa de carácter inédito, na medida em que nunca um certame futebolístico desta dimensão foi até hoje realizado num leque tão diversificado de palcos, com responsabilidades partilhadas entre países distanciados por milhares de quilómetros.

Portugal, como é sabido, tem experiência na realização de grandes competições desportivas, nomeadamente nesta modalidade. Basta recordar que o Campeonato da Europa de Futebol em 2004 decorreu no nosso país. Esse certame deixou também, contudo, marcas negativas, pela necessidade de construção de dez estádios, envolvendo uma despesa global de 665 milhões de euros, e pelo endividamento de longo prazo que alguns destes empreendimentos suscitaram. Quatro desses estádios têm hoje utilização residual.

Mais de década e meia depois, em 2021, sete câmaras municipais ainda tinham dívidas por saldar, num montante de 55 milhões de euros: Leiria, Braga, Coimbra, Guimarães, Aveiro, Faro e Loulé.

Ainda este ano, Portugal foi o anfitrião da Jornada Mundial da Juventude, evento que decorreu com sucesso, mas cuja organização teve grandes entropias, dificuldades e atrasos que se consubstanciaram num número elevadíssimo de ajustes diretos e dúvidas, até à última hora, sobre a forma como iria decorrer o evento nas várias localizações que estavam previstas.

Com estes antecedentes, mais imperioso se torna o rápido esclarecimento de todos os pormenores relacionados com o envolvimento do Estado português no Mundial-2030. Só assim os deputados desta Comissão poderão pronunciar-se com fundamento sobre esta iniciativa, cumprindo a missão fiscalizadora que a Constituição determina.

Pretende saber-se, nomeadamente:

- Quais são os custos globais previstos só para Portugal?
- Em que medida serão onerados os contribuintes portugueses?
- Será necessário edificar novas estruturas desportivas ou adaptar as já existentes para este efeito?
- Existe alguma calendarização ou planeamento já delineado quanto à organização do evento?
- Que investimentos serão necessários em segurança, mobilidade, vias de acesso e saúde pública?
- Que procedimentos administrativos são requeridos?
- Haverá recurso sistemático a ajustes diretos, como aconteceu na Jornada Mundial da Juventude, ou o concurso público será a opção preferencial?
- Tem o Governo em seu poder estudos de mercado que permitam estimativas sobre o retorno financeiro do Campeonato do Mundo para Portugal?

Neste sentido, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer **potestativamente** a V. Exa. que providencie, **com carácter de urgência**, a audição da senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares.

Com os melhores cumprimentos,

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Patrícia Gilvaz

Bernardo Blanco

Carla Castro

Carlos Guimarães Pinto

João Cotrim Figueiredo

Joana Cordeiro

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha

Assembleia da República - Palácio de S. Bento, 1249-068, Lisboa
Telefone: 213 917 475 - Email: gabinete@il.parlamento.pt